



Assembleia Legislativa

# Deputados de SP mais do que dobram os gastos com autopromoção em 2023

— Verba para divulgar mandato foi criada na Alesp em 2021 e alcançou cifra recorde no ano pré-eleitoral: mais de R\$ 3 milhões; parlamentares estaduais alegam cumprir regra

JULIANO GALISI

Os deputados estaduais de São Paulo gastaram mais de R\$ 3 milhões em dinheiro público para autopromoção em 2023. O valor mais do que dobra a soma do ano anterior. Em 2022, o gasto da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) com publicidade dos parlamentares foi de R\$ 1.342.162,61. Procurados, os deputados citados no levantamento afirmaram cumprir as regras estabelecidas.

Em 2024, ano de eleições municipais, nas quais muitos deputados da Alesp pleiteiam os Executivos de suas respectivas bases, o valor tende a aumentar. Será a primeira eleição nos municípios paulistas desde que a cota para divulgação foi criada. A última atualização dos dados no portal da Alesp, utilizados no levantamento do Estadão, é de 25 de janeiro e, por isso, não é possível contabilizar ainda os gastos do primeiro mês deste ano.

## Congresso Deputados federais gastaram no ano passado R\$ 79 milhões com a cota destinada à autopromoção

O deputado estadual que mais gastou com a modalidade em 2023 foi Rogério Nogueira (PSDB). Foram R\$ 110.000 com autopromoção, em 11 parcelas contínuas de R\$ 10.000 mensais destinadas a uma agência de marketing. A deputada Leci Brandão (PCdoB) também superou a cifra dos R\$ 100.000: de janeiro a dezembro, o gabinete de Brandão gastou R\$ 102.100 com publicidade. Itamar Borges (MDB) aparece logo atrás, com R\$ 94.853,32 gastos em propaganda no ano passado.

Há ainda um comparativo proporcional dos parlamentares que mais alocaram recursos de suas cotas com autopromoção. A deputada Carla Morando (PSDB), por exemplo, gastou 57,24% de toda a cota que solicitou em 2023 com serviços de publicidade do seu mandato. Na sequência, está Fabiana Bolsonaro (PL), com 49,93% da cota demandada no ano para despesas do tipo.

Os ex-deputados Bruno Ganem e Dr. Raul, do Podemos, aparecem logo atrás de Fabiana, com 48,66% e 46,89% da cota, respectivamente, para publicidade pessoal. Eles não exercem mandato na atual legislatura, que teve início em março de 2023, e constam no sistema de contas pelos gastos que solicitaram nos primeiros meses do ano passado, de 1º de janeiro a 15 de março. O terceiro deputado em exercício que mais gastou proporcionalmente com autopromoção é Gil Diniz (PL), com 44,73% da cota solicitada em propaganda, seguido por Valdomiro Lopes (PSB), com 39,48%, e Rogério Nogueira, com 37,54%.

A verba para publicidade é oriunda da cota parlamentar. Todo mês, os 94 deputados estaduais de São Paulo têm direito a aproximadamente R\$ 40 mil para cobrir “despesas inerentes ao pleno exercício das atividades parlamentares”, como diz o Regimento Interno da Casa.

A finalidade “Divulgação da Atividade Parlamentar” é a mais nova opção de gastos com a verba pública, criada em novembro de 2021. Ela replica um modelo já vigente na Câmara dos Deputados e no Senado.

‘GABINETE AUTÔNOMO’. Consultada sobre as regras para a utilização da cota de publicidade, a Alesp informou, por nota, que “cada gabinete é autônomo sobre a forma como se comunica com a população”.

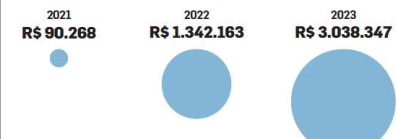
“Quando se criou essa rubrica, a ideia era dar condições ao parlamentar para divulgar à sua base aquilo que ele tem feito. É uma prestação de contas, mas, com a falta de regulamentação, cada deputado faz a divulgação à sua maneira. Muitas vezes, impulsionam posições sociais que não têm a ver com o mandato”, disse Lúcio Big, diretor-presidente do Instituto OPS, especializado em fiscalização de políticas públicas.

Questionado sobre a finalidade dos recursos para publicidade, o deputado Valdomiro Lopes admitiu ter pagado anúncios sobre temas alheios à Alesp, como um abaixo-assinado contra a “saiadina” de presos e publicações contra o aborto. Para Lopes, os temas integram sua atividade como parlamentar. “Não posso me restringir só às questões do Estado.

## MAIORES GASTOS COM AUTOPROMOÇÃO EM 2023

### Gastos dos deputados da alesp com autopromoção

Desde novembro de 2021, deputados estaduais em São Paulo podem utilizar cota parlamentar para divulgação própria\*



### Maiores gastos

Dois deputados estaduais gastaram mais de 100 mil reais em publicidade pessoal

VALORES NOMINAIS EM REAIS

ROGÉRIO NOGUEIRA	PSDB	110.000,00
LECI BRANDÃO	PC DO B	102.100,00
ITAMAR BORGES	MDB	94.853,32
DIRCEU DALBEN	CIDADANIA	88.200,00
CLARICE GANEM**	PODEMOS	85.000,00
PAULO MANSUR**	PL	84.881,97
TENENTE COIMBRA	PL	84.625,48
RÔMULO FERNANDES**	PT	83.980,00
DANI ALONSO**	PL	82.650,00
SOLANGE FREITAS**	UNIÃO	80.000,00
CAPTÃO TELHADA**	PP	80.000,00
RICARDO FRANÇA**	PODEMOS	80.000,00

### Por cota parlamentar

Deputados que mais alocaram recursos da cota para divulgação de atividade parlamentar

EM PORCENTAGEM

CARLA MORANDO	PSDB	57,24
FABIANA BARROSO	PL	49,93
BRUNO GANEM**	PODEMOS	48,66
DR. RAUL**	PODEMOS	46,89
GIL DINIZ	PL	44,73
VALDOMIRO LOPES	PSB	39,48
ROGÉRIO NOGUEIRA	PSDB	37,54
RICARDO FRANÇA	PODEMOS	37,41
CLARICE GANEM	PODEMOS	36,45
ERICA MALLUNGINHO***	PSOL	35,77
CASTELLO BRANCO**	PL	32,96
ROBERTO MORAIS**	CIDADANIA	31,61
DANI ALONSO	PL	31,51
ROQUE BARBIERE**	AVANTE	30,93
BETH SAHÃ	PT	30,64
CAPTÃO TELHADA	PP	29,74

\*ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS: 25 DE JANEIRO DE 2024.

\*\*DEPUTADO ELEITO PARA A 20ª LEGISLATURA, COM INÍCIO EM MARÇO DE 2023; NÃO INTEGRAVA A ASSEMBLEIA NOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO.

\*\*\*DEPUTADO NÃO PARTICIPA DA 20ª LEGISLATURA, COM INÍCIO EM MARÇO DE 2023.

FONTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

São Paulo faz parte do País, somos uma federação”, disse.

CONTÁBIL. O controle institucional da publicidade, por enquanto, é meramente contábil. O gabinete de cada deputado apresenta um documento atestando a despesa e o valor é res-

sarcido. Para Lúcio Big, a Alesp deveria apresentar publicamente as notas fiscais das despesas, como ocorre na Câmara dos Deputados, no Senado e na Câmara Municipal de São Paulo. Além disso, a plataforma da Assembleia não disponibiliza as despesas acumuladas no ano com en-

cargos de gabinete de forma acessível ao cidadão. A visualização dos dados só está disponível em agrupamentos mensais.

Questionada sobre a fiscalização dos encargos de gabinete, a Alesp disse, por nota, que o ressarcimento das despesas é deferido ou negado somente após “criteriosa análise da documentação”. A despesa com publicidade, por si só, não é considerada um problema. “Há um dever e um direito ao demonstrar à base o que parlamentar está fazendo. Mas, o que acontece é: o detentor de um cargo público vai usar dos recursos que tem para se promover eleitoralmente. A partir do momento em que se faz isso, você acaba com o princípio da isonomia entre candidatos”, disse Juliana Sakai, diretora executiva da Transparência Brasil.

‘PRESTAÇÃO DE CONTAS’. Por ser ano eleitoral, em 2024 o gasto com ações de publicidade dos parlamentares tende a aumentar. O Estadão buscou contato com todos os deputados em exercício listados nos gráficos.

A assessoria de Rogério Nogueira disse que o gasto “é permitido pela Assembleia”, sendo “um dos principais meios de prestação de contas do trabalho do deputado”. Já o gabinete de Leci Brandão argumentou que a deputada “tem uma produção legislativa extensa e consistente” e a cota de divulgação é utilizada “rigorosamente dentro do que a lei permite”. Na mesma linha, os assessores de Itamar Borges afirmaram que a despesa está “em total conformidade com as normas da Alesp”.

Dirceu Dalben, por meio de sua chefia de gabinete, informou que o gasto com divulgação diz respeito à proposição legislativa, com destaque para as frentes parlamentares coordenadas pelo deputado. A assessoria de Carla Morando disse que a região do ABC, base eleitoral da deputada, “não tem rede de televisão, rádio ou jornais de grande circulação, o que obriga a parlamentar a publicar sobre seu mandato” nas redes sociais.

Em nota, Paulo Mansur afirmou que “toda a verba do gabinete é investida de maneira consciente e responsável”. A assessoria de Dani Alonso afirmou que “os recursos são utilizados de maneira estritamente legal e transparente”. ●